

O Inimigo Comum – Reflexões sobre o Papel de Ameaças Imaginárias para a Articulação da Política Brasileira

Douglas Welter Reichert¹

Resumo: Almeja-se refletir sobre os fenômenos que engendram os discursos de ódio mobilizados pela população brasileira contra “inimigos” comuns, exemplificados através do “perigo chinês” e do ódio aos pobres. A análise partirá da reconstrução de uma interpretação sociológica *do e para* o Brasil, visando a compreender suas ambiguidades e a discutir as mesmas a partir das lógicas constitutivas de grupos sociais – em especial frente à virada psicopolítica contemporânea. Para tanto, há de se pensar na mobilização de afetos dirigidos a “inimigos comuns”, partindo de uma cisão estrutural entre os poderes visíveis e invisíveis da sociedade. Com vistas a, assim, perceber a estruturação dos dois “inimigos” não como concorrentes, mas como coadjuvantes na sustentação dos interesses da elite nacional.

Palavras-chave: Autoritarismo. Representação. Brasil. Política. Inimigo comum.

¹ Graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Psicologia na Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA). Membro do Grupo de Estudos Ásia e Pacífico (GEAP) e do Grupo de Estudos em Instituições e Processos Decisórios nas Relações Internacionais (GEIPRI). Pesquisa realizada sob a orientação da Prof^a. Joséli Fiorin Gomes. E-mail: dglsrchr@gmail.com.

1 Introdução

No decorrer deste artigo buscar-se-á discorrer acerca do discurso pejorativo direcionado à China através de uma retomada crítica à sociologia brasileira (SOUZA, 2018, 2019), articulando-a diretamente com os processos constitutivos e ambíguos das massas no país. A primeira seção almeja revisitar criticamente as heranças de alguns dos “intérpretes do Brasil” (DAMATTA, 1997; FAORO, 1984; HOLANDA, 2001), que se transmutaram em filosofia do senso comum e hoje sustentam a ideologia do “liberalismo vira-lata” brasileiro (SOUZA, 2019), de modo a perceber suas origens e sua inserção dentro da virada de dominação psicopolítica da sociedade (HAN, 2018). Subsequentemente, a psicologia das massas (FREUD, 2011) será instrumentalizada para compreender os nós fundantes da lógica de grupo e, em especial, como eles se relacionam com a ambiguidade estrutural da sociedade brasileira. Com isso, visa-se a refletir sobre a instrumentalização da ideologia de “cordialidade” (HOLANDA, 2001) como uma máscara para ocultar os verdadeiros poderes que atuam nas bases sociais do país.

Em vista disso, na terceira seção, será discutido mais profundamente esse processo de mascaramento das forças que se ocultam, em detrimento de uma política espetacularizada e impregnada no senso comum, atuando como um jogo de sombras manipulativas para desviar a atenção da população. A quarta seção, por sua vez, destina-se a refletir sobre a constituição e os porquês da manutenção dos inimigos imaginários, com especial enfoque à sinofobia e ao ódio aos pobres. Além disso, pretende-se perceber qual é a relação que se interpõe entre ambas e quais são seus impactos na realidade material.

Por fim, discute-se como os inimigos comuns em questão não são concorrentes, mas, sim, complementares. São instrumentalizados com o intuito de sustentar uma estrutura complexa que é a base da sociedade brasileira. Com isso, reforça-se o papel de análises mais complexas e profundas sobre os afetos para uma verdadeira compreensão do emaranhado que são as relações sociais na contemporaneidade.

2 Brasil: Um Dilema de Autoritarismo Colonial

Apresentar uma análise crítica à construção narrativa da sociologia brasileira é fundamental para compreender um ponto nevrálgico dessa discussão: *quem* profere o discurso de dominação que pretende-se analisar. Desse modo, essa seção se destina a reconstruir de modo sucinto a base de ideias que funda o pensamento sociológico brasileiro e – através da crítica – expor os meandros através dos quais certos conceitos vêm se sustentando e se materializando no mundo social.

A historiadora Lilia Schwarcz (2019) discute a história como um processo contínuo de construção e desconstrução, sendo, portanto, uma ciência atrelada de maneira basilar ao seu tempo. Assim, ao traçar a história do Brasil, parte do embate entre a “história oficial” e a história de um país, sendo uma correspondente à forma com a qual a própria nação se narra e a segunda menos vinculada à identidade e à autocompreensão nacional (SCHWARCZ, 2019, p. 21-26).

Nesse sentido, a história oficial brasileira é a *do e para* o Brasil, estando, por conseguinte, intimamente relacionada à identidade nacional construída através dos “intérpretes do Brasil” até chegar à filosofia do senso comum (SCHWARCZ, 2019). O problema, nesse sentido, é que a “interpretação”² também é engendrada através de um panorama mais complexo, podendo ser, inclusive, o fruto de interesses políticos de determinadas elites (SOUZA, 2018).

As bases do pensamento social *do e para* o Brasil se alicerçam a partir das obras dos ensaístas da geração de 1930, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. No que lhe concerne, Freyre (2001) desenvolve sua análise a partir das relações domésticas, familiares e da organização dos engenhos. Algo que o faz compreender as relações instituídas entre negros e brancos como mais *brandas* que as de outros países, o que permitiria a existência de uma democracia racial – isto é, uma democracia irrestrita, que inobserva a raça, negando portanto, a existência do racismo no Brasil. Argumenta, ainda, em defesa da miscigenação como um processo pacífico entre as diferentes raças, reforçando uma mistificação ideológica da mesma.

Sérgio Buarque (2001), por sua vez, parte do processo de migração para as Américas para analisar tal processo, percebendo que, no caso brasileiro, os

2 Note-se aqui a pretensa homogeneização na interpretação do Brasil.

colonizadores chegaram ao país sem suas famílias, tendo de buscar a satisfação sexual nas mulheres locais, o que fundaria o processo de miscigenação – bastante naturalizada, como em Freyre. Contudo, sua ideia central diz respeito à precedência das relações privadas às públicas – tomada como herança portuguesa – que se institui como uma das características centrais da cordialidade³ da população brasileira.

O último traçou sua análise a partir da compreensão do legado de exploração decorrente das relações de produção instituídas no decorrer da colonização, percebendo que as raízes do atraso econômico estavam na natureza mercantil da exploração, extraindo bens e devastando o país. Prado Jr. acreditava que todos os países se inserem em uma mesma linha ininterrupta da história mundial, estando a política e a economia locais ainda profundamente atreladas à Europa, constituindo-se, assim, como um modelo de capitalismo incompleto, refém do papel a ela atribuído pelo velho continente (PRADO, 2000).

Há de se reconhecer, desse modo, que toda teoria é feita *de* alguém e *para* alguém (ou algo), sendo, portanto, indissociável de seu contexto e das ideais predominantes no mesmo (COX; SINCLAIR, 1996). Alguns dos intérpretes, porém, foram mais assimilados pelo senso comum do que outros. A democracia racial de Freyre, por exemplo, teve sua vigência no *mainstream* até a crítica empreendida por Florestan Fernandes (1978) para desbancá-la, apontando as formas distintas de inserção de negros e brancos na sociedade capitalista. Os conceitos de Holanda (e suas variantes), entretanto, seguem relativamente dispersos pela sociedade como mecanismos de justificação social, que acabam podendo ser assimilados para além de sua função de categoria sociológica, mas como categorias que passam a integrar identidades sociais.

Uma das críticas de Jessé de Souza vai justamente na linha de opor-se às correntes do pensamento brasileiro, articuladas a partir da obra de Sérgio Buarque de Holanda (2001), seu conceito de cordialidade e a pretensa herança portuguesa que constitui o Brasil tal como o conhecemos. Souza argumenta que é graças a essa teoria “ideológica” que as “elites do atraso” conseguem legitimar a sustentação de seu poder, através da criação de uma nova narrativa culturalista totalizadora e

³ Para o autor, os brasileiros seriam cordiais no sentido de serem fortemente reféns de seu próprio coração, constituindo-se em um movimento pendular entre as manifestações de afabilidade e de impulsividade (às vezes, inclusive, violentas). Desse modo, é essa dualidade dialética que caracteriza os brasileiros como tal (HOLANDA, 2001).

da redução da relevância do fato fundante da sociabilidade brasileira: a escravidão (SOUZA, 2018, 2019).

As revoltas “dos 20 centavos”, “do rolê” e “da caçamba” marcaram a efervescência de movimentos muito significativos para a compreensão do Bolsonarismo atual. O que todas têm em comum? A reivindicação de grupos sociais marginalizados contra um suposto *establishment* político (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 27-53). Adicione isso ao escândalo da Lava Jato e à construção de uma ideologia do senso comum calcada no “jeitinho brasileiro” e o resultado será a eclosão de um movimento complexo e multifacetado das classes médias e populares contra o “Estado corrupto” (SOUZA, 2018, p. 164-165).

Não se almeja aqui defender a corrupção de Estado, mas apontar como ela é ínfima se comparada à corrupção privada, quando, por exemplo, estima-se que a segunda é mais de 500 vezes maior do que todo o valor recuperado pela operação Lava Jato, por exemplo (SOUZA, 2019, p. 173). Submersa nos meandros dessa indignação seletiva entra o papel da ideologia dominante do “liberalismo vira-lata brasileiro”, alicerçado na teoria de Sérgio Buarque e seus sucessores, que construíram um modelo de homem brasileiro homogêneo, patrimonialista e corrupto por natureza. Demonizando, desse modo, toda a estrutura do Estado em prol de um endeusamento do Mercado como esfera autodeterminada, mais justa e eficaz (SOUZA, 2018, p. 202).

O mundo neoliberal pode ser caracterizado por um processo no qual “cada um é senhor e servo em uma única pessoa” (HAN, 2018, p. 14), haja vista que a introjeção superegógica preconizada por Freud (1990) implica em uma relação de cisão no próprio indivíduo, sendo composto por uma parte que age e outra que se observa (e julga) agindo. É nessa lógica que a psicopolítica consegue se expandir ao seu auge, não atuando somente sobre o “corpo”, mas diretamente sobre a “alma” dos sujeitos (HAN, 2018).

A partir dessa base conceitual, portanto, pode-se inferir que o maior encaideamento da ideologia social da “cordialidade” – que introjetou-se na identidade social do senso comum como “jeitinho brasileiro” – foi a concessão de menos espaço à escravidão como o fator essencial para a compreensão do Brasil⁴, em prol

⁴ Cabe ressaltar que Sérgio Buarque (2001) e trabalhos de seus sucessores (FAORO, 1984; DAMATTA, 1997) mencionam a escravidão, mas, tão somente como um argumento secundário, sem oferecê-la a centralidade que

de explicações culturalistas que remontam à colonização portuguesa e criam um sujeito nacional homogêneo. E isso se coaduna perfeitamente com o argumento de Han de que “o poder está precisamente onde não é posto em evidência” (HAN, 2018, p. 25). Ou seja, essa apropriação da “cordialidade” como uma narrativa de identidade nacional serviu precisamente para mascarar os problemas profundos e reforçar as desigualdades estruturais existentes no país (SOUZA, 2019).

Com essa breve reflexão crítica, é possível compreender um dos alicerces da base social incoerente da sociedade brasileira, que sustenta uma compreensão equívoca de si própria, reforça as desigualdades e, acima de tudo, serve aos interesses das elites (SOUZA, 2018). Processo esse que articula sua inserção em uma estrutura particular, porém diretamente relacionada a um outro tipo de dialética: a do “eu” e do “outro”. Desse modo, cabe agora compreender mais profundamente sobre a estrutura dos grupos sociais, seu funcionamento e, em especial, sua fronteirização para com esse “outro”.

3 As Relações Constitutivas de Grupos e o Processo de Massas

Os grupos são muito mais do que meras uniões de sujeitos individuais. Não correspondem à soma dos sujeitos, mas a uma entidade totalmente distinta que os atravessa e modula seu comportamento. Freud já constatou que o processo de pertencimento a um grupo implica um processo de abandono de parcela de sua subjetividade individual em prol do encaixe. Afirma, inclusive, que os indivíduos “descem vários degraus na escada da civilização” ao se inserirem em uma massa (FREUD, 2011, p. 18).

Isso quer dizer que o processo de pertencimento implica, para Freud, em uma renúncia coletiva ao pensamento racional em prol do pensamento afetivo, que conduz a uma aproximação dos sujeitos em um novo modo de *ser* compartilhado (FREUD, 2011, p. 23). A isso, deve-se ressaltar ainda o papel que assume o líder como um suporte para o ideal de eu frustrado – ou seja, como uma figura suficientemente abstrata para os membros do grupo projetarem todas as qualidades que

lhe é devida para a compreensão das estruturas e do modelo de socialização brasileiro.

admiram e são incapazes de atingir –, o que explica, em parte, o forte personalismo narcísico do líder em meio à massificação (FREUD, 2011, p. 55).

Para além disso, Volkan e Fowler (2009) analisaram a constituição narcísica não somente do líder do grupo, como de seus membros como um todo. Eles perceberam a utilização de “glórias escolhidas” e de “traumas escolhidos” para reforçar e cristalizar a identidade grupal, articulando-os através de feriados, comemorações e demais tradições, para, com isso, consolidar sua fronteira para com o “outro” externo.

Nesse sentido, é interessante constatar que o “eu” é essencialmente imaginário (em vista de sua ilusão de totalidade), ao passo em que o grupo vai se constituir justamente com o rebaixamento desse muro de isolamento dos indivíduos⁵. Ou seja, é através da afetividade que o grupo possibilita a identificação e a possibilidade de *ser* com o “outro” (FREUD, 2011).

O perigo, nesse sentido, é o de que, em virtude da identificação direta com os “outros” de nosso grupo, eles passam a integrar um “nós” (ou seja, um “eu” compartilhado por seus membros), que se opõe a um “eles” (isto é, a um “outro” coletivo externo e imaginário). Essa ideia de “eles” se constituirá como a representação de tudo o que houver de ruim, afinal, “eles” é a antítese de “nós”, que sempre representa o suprasumo do bem e da moralidade.

Visto isso, torna-se mais claro um problema vinculado aos grupos coexistentes, que se inserem num circuito muito complexo de relações sociais e que estão, constantemente, em uma disputa discursiva pela preponderância de seus totens e tabus⁶ como os fundamentos corretos para a constituição das leis da sociedade como um todo. É no contexto dessa disputa entre diferentes grupos que se concebe o Estado como uma terceira parte encarregada da mediação e tutela de direitos (LOCKE, 2006). Contudo, o Estado insere-se nesse circuito não como uma parte neutra e externa, mas como outro centro de poder que, com o passar do tempo, centraliza o uso legítimo da força e se projeta como o principal ator da sociedade.

5 Rebaixamento esse que diz respeito ao abandono da subjetividade individual, anteriormente mencionada (FREUD, 2011).

6 Na obra Totem e Tabu, Freud (1974) analisa a origem dos totens (símbolos que possuem prestígio e respeito, como uma espécie de ordem sagrada) e dos tabus (proibições sem uma origem bem definida) que, conjuntamente, restringem e delimitam o exercício das liberdades em dada comunidade.

Jessé de Souza, nesse sentido, já expõe que as verdadeiras elites sequer se encontram no Estado brasileiro; são externas e o instrumentalizam em prol de seus interesses, através do capital que possuem à sua disposição (SOUZA, 2019). Isso é algo que dialoga diretamente com a Psicopolítica, afinal, o maior controle da *psique* não se encontra no Estado, mas, sim, nas corporações que conduzem os seus usuários a um processo infindável de produção de dados que elas, *a posteriori*, armazenam e utilizam (HAN, 2018, p. 23). Desse modo, hoje a “elite do atraso” corresponderia não a um parasita dentro do Estado, mas à mão externa do marionetista que o manipula, dissimulando os fios de seu controle sobre a reprodução da ideologia social através da inserção de pautas pretensamente críticas, ao passo em que servem para sustentar e legitimar suas posições no topo da cadeia social (SOUZA, 2019).

Há ainda de se reforçar a tendência – já mencionada – que os membros de grupos sociais têm de abrir mão de parcela de sua subjetividade em prol do encaixe, levando-os a uma maior homogeneidade entre si, fim este que é estruturalmente impossível (em vista de seus “eus” individuais). Esse processo vem a constituir uma “ranhura” perfeita para o controle psicopolítico, que pode se apropriar completamente das *tecnologias do eu*, instituindo uma pseudo identificação coletiva, decorrente de anúncios e ideias “sob medida”, passando a uma lógica neoliberal de mercado, inclusive no espaço político (HAN, 2018, p. 43, 86-87).

Frente a isso, as relações de poder e a política como um todo vêm sendo sustentadas diretamente por poderes que supostamente não existem, por constituírem-se em uma camada estrutural mais entranhada e “invisível”. Ou seja, a política espetacularizada e conhecida no senso comum é apenas a ponta de um iceberg muito mais profundo que são as forças mobilizadas pela elite e que, dificilmente, chegam à compreensão das grandes massas.

4 A Sombra da Representação

A alegoria da caverna de Platão é uma metáfora interessante para expressar o emprego da política como um espetáculo para despistar o interesse das massas das verdadeiras forças que moldam e estruturam a sociedade. Em suma, o filósofo descreve um grupo de sujeitos atados à parede de uma caverna, conseguindo apenas

ver a parede oposta à sua frente. Assim, todo o seu campo de visão se limita às sombras projetadas na parede por outras pessoas, através de uma fogueira posicionada atrás dos mesmos (PLATÃO, 2000). Platão pretende expor que os indivíduos reféns da caverna seriam, do mesmo modo, reféns da limitação de sua realidade, somente acessando o conhecimento sensível (sombras na parede e ruídos distorcidos em seu interior), em detrimento do conhecimento inteligível, que só poderia ser atingido ao sair da mesma e se defrontar com a luz (PLATÃO, 2000).

O fim do diálogo entre Sócrates e Glauco, personagens da obra, é uma reflexão sobre a possível fuga de um dos reféns, que conseguiria acessar o lado exterior da caverna e vislumbrar a luz, na metáfora de fitar o sol (que representaria a forma do bem, o conhecimento supremo). Após essa saga, que o apresentaria a um mundo (e, por conseguinte, a um conhecimento) totalmente novo, Sócrates interpõe o questionamento de se o seu retorno seria bem recebido pelos companheiros reféns. Haja vista que para a compreensão limitada da existência – articulada somente a partir do conhecimento sensível – o colega pode ser recebido como um renegado e lunático (PLATÃO, 2000).

No mundo neoliberal, contudo, “a comunicação coincide inteiramente com o controle. Cada um é o pan-óptico⁷ de si mesmo” (HAN, 2018, p. 58). Em outras palavras, a necessidade de um vigia da sociedade disciplinar é agora internalizada por todos os indivíduos que, além da introjeção superegóica, consentem em expor suas vidas e informações privadas na rede, oferecendo-as, sem resistência, ao *big data* (HAN, 2018, p. 23-24).

Esse processo vai se coadunar com os interesses da “elite do atraso”, afinal, é a mesma que possui os capitais necessários para se apropriar dos dados gerados pelos usuários, fortalecendo um novo espaço de controle capaz de reforçar profundamente as ideologias que sustentam seu poder, em descompasso com o restante da população. Nesse sentido, o “liberalismo vira-lata brasileiro” é a corrente perfeita para acompanhar esse processo, afinal, a mesma se orienta no sentido de criticar profundamente qualquer atuação do Estado em descompasso com sua compreensão

⁷ Jeremy Bentham o cria como o modelo arquitetônico perfeito para prisões, pois apenas um vigilante seria necessário para observar todos os detentos, sem que os mesmos pudessem vê-lo. Foucault (2014), desse modo, apropria-se do conceito para representar o poder disciplinar e sua vigilância, que funciona como um mecanismo no qual todos os sujeitos estão supostamente submetidos a uma vigilância constante, algo que – indiferentemente de se efetivar ou não – é capaz de modular o seu comportamento.

de mundo (construída, em grande medida, através da manipulação empreendida pela grande mídia) (SOUZA, 2018).

Assim, a massificação da opinião pública brasileira torna o povo refém de sua caverna, sendo capaz de enxergar somente o jogo de sombras à sua frente que, neste caso, é representado pela espetacularização da política e da corrupção (apenas do Estado). Um fator determinante nesse processo é o de que todos que forem capazes de desertar à lógica majoritária e deslocar-se minimamente para compreender a conjuntura do fogo – ou, mais do que isso, das pessoas que projetam as sombras às quais a massa está condenada – serão imediatamente desqualificados do debate, haja vista que as correntes que amarram os reféns à caverna são constituídas de afeto, bem como as de quaisquer grupos.

Em consonância a isso, vale ressaltar que “o sujeito submisso nunca é consciente de sua submissão, o contexto de dominação permanece inacessível a ele. É assim que ele se sente em liberdade” (HAN, 2018, p. 26). Exatamente nessa onda de cegueira seletiva frente ao verdadeiro poder, em prol das ligações afetivas que um encadeamento bastante interessante se dará no circuito da política brasileira: a criação de “inimigos” imaginários como pretensas ameaças a “nós” e à nossa caverna.

5 O Inimigo Imaginário: Ameaça ou Projeção?

Como exposto anteriormente, essa reflexão conceitual almeja revisitar a constituição das ideologias sociais dominantes no Brasil, visando a, com isso, compreender a rede que sustenta os discursos de ódio empreendidos contra inimigos comuns. Um exemplo é a sinofobia articulada por parte da atual base governista em direção ao pretenso “perigo chinês”, que vem se fortalecendo ainda mais durante a pandemia da Covid-19 (BOLSONARO..., 2020; PINHEIRO-MACHADO, 2020).

Pode-se observar, nesse sentido, diversos discursos de autoridades, como os comentários dentro de uma reunião ministerial, na qual o Presidente fala sobre um suposto plano chinês de dominar o país através do envolvimento em negócios nacionais e, mais do que isso, afirma que existem agentes do serviço secreto chinês infiltrados nos ministérios. Além do Presidente, tal discurso hostil pode ser percebido também em seus aliados, como o Ministro da Economia que, na mesma reunião,

diz que a China deveria lançar um novo “Plano Marshall” e toma a pandemia como algo causado de forma premeditada pelo país (BOLSONARO..., 2020).

Em vista disso, faz-se importante fazer uma breve digressão para compreender a estrutura narrativa que sustenta esse discurso. Marx e Engels, em 1848, já expressavam que “um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo”, espectro esse contra o qual todas as potências da velha Europa haviam se unido em um movimento difamatório, visando a desqualificá-lo, criando uma espécie de “lenda” (MARX; ENGELS, 2008, p. 9, 10).

No mundo contemporâneo, contudo, o espectro do comunismo não ronda somente a Europa, mas, sim, a cada sujeito individualmente. A ideologia do “liberalismo vira-lata” preconizada por Jessé leva a uma ruptura estrutural da sociedade em 4 grandes classes sociais: a elite do atraso, a classe média, os trabalhadores semiquualificados e a ralé brasileira. Cada qual com suas vicissitudes e idiossincrasias, mas intimamente enlaçados na ideologia dominante (SOUZA, 2018). Cabe, portanto, transcender o discurso de ódio à China – como objeto analítico – e tentar compreender a lógica estrutural na qual ele se insere dentro dos processos narrativos que direcionam as correntes de ódio da população brasileira.

O que se pode destacar na sustentação dessa estrutura é a manutenção da lógica “sadamasoquista” da relação entre a Casa Grande e a Senzala, ou seja, a violência – física e simbólica – entre o Senhor e o Escravo (FREYRE, 2001). Na atualidade, seria entre a “elite do atraso” e seus capatazes da classe média contra a ralé brasileira – ou a massa de novos escravos –, que é subjugada cronicamente à sua posição justamente para a manutenção dos privilégios dos primeiros (SOUZA, 2019).

Não é de se admirar, portanto, com declarações como a do Ministro da Economia, Paulo Guedes, ao defender sua conduta sob o argumento de que está “todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para a Disneylândia, uma festa danada” (SAKAMOTO, 2020), afinal, toda a sociedade brasileira é moldada em um alicerce de submissão de classes, decorrente da escravidão e que segue sendo invisibilizada (SOUZA, 2018). Esse discurso de ressentimento elitista está diretamente relacionado a uma percepção, por parte das classes

superiores, de roubo de seu gozo, que ameaça a sua posição dominante. Como menciona Kapoor (2020):

O que exatamente foi roubado permanece um mistério, é claro, já que é um objeto fantasmático (o que os lacanianos chamam de *objeto a*), uma “coisa” que não sabemos exatamente o que é, que nós (erroneamente) pensamos possuir e que uma vez recapturada irá restaurar nossa unidade e felicidade (KAPOOR, 2020, p. 250, tradução nossa⁸).

Indo mais além, Žižek argumenta que o alimento direto para o sentimento racista é decorrente direto da incapacidade de assimilar indivíduos com diferentes modos de gozo e, mais profundamente, da percepção de que o meu gozo está ameaçado ou pode ser roubado pelo outro (ŽIŽEK, 2016). Nesse sentido, é através do ressentimento e do ódio frente à possibilidade de gozo do “outro” que as classes superiores no Brasil contemporâneo hão de se revoltar. A Lava Jato, por exemplo, insere-se claramente como uma operação espetacularizada e empreendida pela Grande Mídia para encerrar a breve era dos governos de esquerda que, efetivamente, tiveram algum olhar direcionado às classes populares (SOUZA, 2019).

A maior dubiedade dos governos petistas, portanto, foi justamente a semente de seu ocaso. A inclusão pelo consumo não solapou as lógicas de mercado, mas criou a “nova classe média” que, após sua suposta ascensão, representou-se a si própria como elite e, desse modo, repudiou os governos que possibilitaram o seu “progresso”, em prol da inserção dentro da lógica discursiva empreendida pela grande mídia (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Com isso em vista, é possível argumentar um apartheid brasileiro, exemplificado em se tratando da existência de elevadores de serviço em prédios, visando não misturar moradores com trabalhadores (SOLANO, 2020), ou dos “quartinhos” de empregada, que estão sendo, inclusive, incorporados a empreendimentos imobiliários em Portugal para “agradar” os clientes brasileiros (GOUSSINSKY, 2018).

Contudo, massificação dos controles sociais não somente se materializa em estruturas físicas (como as mencionadas acima), mas as transcende, levando os oprimidos a introjetarem em si a opressão da qual são vítimas e, desse modo, serem também os capatazes de si próprios, afinal, “cada um é senhor e servo em uma

⁸ No original: “Exactly what is stolen remains a mystery, of course, since it is a fantasmatic object (what Lacanians call *objet a*), a *je ne sais quoi* “thing” that we (mistakenly) think we possessed and which once recaptured will restore our unity and happiness”.

única pessoa” (HAN, 2018, p. 14). Logo, fica perceptível que o “inimigo comum” do Brasil não costuma ser um mal externo que sonda e almeja atacar o país como um todo, como a narrativa da Guerra ao Terror, empreendida pelos governos dos Estados Unidos da América. Aqui, através da ideologia do “liberalismo vira-lata”, o inimigo é interno e é subjugado por estruturas sociais que atingem sua máxima eficácia precisamente por sua capacidade de ocultação.

Sua efetividade está justamente na normalização inconsciente dos privilégios e das técnicas de dominação que os subjugam, tornando-as neutras e invisíveis. Dominação essa que é internalizada tão profundamente no sentido de levar os oprimidos a não apenas aceitar, mas, também, a desejar – e, desse modo, reproduzir – o próprio sistema que os oprime (KAPOOR, 2020, p. 246).

Em suma, o que fica perceptível é que a sinofobia proferida pelo governo atual se articula apenas como um mecanismo superficial frente à verdadeira opressão nacional. Isso, contudo, não a torna menos importante, afinal, é através da projeção desse “grande perigo chinês” externo e de todo o espetáculo armado em seu entorno que a população nacional se retrai, direcionando seu próprio ódio e reforçando a fronteirização do “nós” (eu coletivo) brasileiro, de modo a proteger a estrutura hierárquica e ambígua na qual a sociedade nacional está alicerçada.

6 Conclusão

A principal observação que pode ser retirada dessa breve análise é o reconhecimento coexistente da instrumentalização de mais de um inimigo comum pelas elites políticas brasileiras. O primeiro mais velado, que remonta ao alicerce da sociedade sadomasoquista aqui instituída e o outro, por sua vez, atacado de maneira ampla e exposta, tornando-se o bode expiatório necessário para a sustentação das fronteiras do grupo.

Ademais, não importa o quanto se ame o modo nacional de gozo, esse gozo *real* nunca é o suficiente, em vista de já haver sido castrado e, portanto, ser incapaz de corresponder à fantasia empreendida pelo mito da identidade nacional. Esse déficit entre a fantasia e o gozo real é o que se supõe que o “outro” tomou posse, privando o “nós” de desfrutar de seu potencial máximo de gozo. O que é preciso entender, contudo, é que o “nós” jamais possuiu a parcela que acusa o

“outro” de haver surrupiado. Isso é uma mera fantasia de completude idealizada (STAVRAKAKIS, 1999, p. 156).

Logo, os grupos sociais são tão reféns de suas próprias fantasias de completude quanto os “inimigos” imaginários que criam precisamente para serem capazes de suportar a impossibilidade estrutural de seu desejo. A sinofobia e o ódio aos pobres, desse modo, são dois mecanismos de sustentação da ambiguidade da teia semântica sobre a qual a sociedade brasileira se funda.

Caberia, nesse sentido, a realização de estudos individuais, destinados a analisar as vicissitudes de cada uma dessas lógicas de mobilização política do ódio. Mas, por momento, pode-se constatar que a mais profunda e, precisamente por isso, mais oculta é a dominação sadomasoquista à nova massa de escravos, decorrente da lógica de socialização escravista.

Por outro lado, a importância da consolidação de inimigos externos impõe-se rigorosamente como um mecanismo capaz de robustecer as barreiras do grande grupo brasileiro (composto por todas as classes, sob o manto da identidade nacional), algo capaz de desviar sua atenção de suas próprias ambiguidades internas, em vista de estarem demasiadamente ocupados travando uma guerra simbólica contra o seu “inimigo comum”, ou seja, o “outro” externo que projetaram coletivamente através dos discursos compartilhados. Por fim, cabe destacar que, em relação à crítica até aqui apresentada, ela almeja opor-se diametralmente ao tipo de

narrativa histórica [que] representa a projeção simbólica de uma espécie de civilização, uma certa ordem, uma determinada harmonia social, capaz de assegurar a continuidade desse mundo que, na verdade, jamais existiu (SCHWARCZ, 2019, p. 225).

Visando, com isso, alertar para a complexidade dos fenômenos no Brasil contemporâneo e a centralidade – às vezes ignorada – dos afetos para a mobilização e compreensão dos grupos e da política como um todo. Afinal,

não existe fascista *a priori*: o que existe é subjetividade mobilizada pelo projeto autoritário, a ideia de que existe um plano de dominação feminista pode fazer todo sentido para um sujeito desempregado, frustrado e destituído de essência (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 148).

Portanto, não basta traçar análises exclusivamente a partir de fenômenos crus, sob a pátina de uma racionalidade instrumental cartesiana. É necessário

compreender também o que transcende os fenômenos e qual é a teia oculta que os sustenta. Para, somente assim, articular um conhecimento efetivamente crítico às estruturas de dominação da sociedade, pois saber é poder, mas *a cisão do saber que não se sabe* consegue ser ainda mais poderosa.

The Common Enemy – Reflections on the Role of Imaginary Threats to the Articulation of Brazilian Politics

Abstract: The aim is to reflect on the phenomena that engender hate speech mobilized by the Brazilian population against common “enemies”, exemplified through the “Chinese danger” and hatred of the poor. The analysis will start from the reconstruction of a sociological interpretation *of* and *to* Brazil, aiming to understand its ambiguities and discuss them based on the constitutive logics of social groups – especially in face of the contemporary psychopolitical turn. For that, it is necessary to think about the mobilization of affections aimed at “common enemies”, starting from a structural split between the visible and invisible powers in society. In order, therefore, to perceive the structuring of the two “enemies” not as competitors, but as assistants in sustaining the interests of the national elite.

Keywords: Authoritarianism. Representation. Brazil. Politics. Common enemy.

Referências

BOLSONARO disse que a China quer comprar empresas estatais brasileiras. **Consultor Jurídico**, 22 maio 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-22/celso-libera-video-texto-reuniao-bolsonaro-ministros>. Acesso em: 13 ago. 2020.

COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. Social Forces, States, and World Others: beyond International Relations Theory (1981). *In*: COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. (Orgs.). **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 85-123.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1984.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu (1913 [1912-13]). In: **Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 11-194.

FREUD, Sigmund. O Ego e o Id. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1990. p. 11-83.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e Análise do Eu e Outros Textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOUSSINSKY, Eugenio. Portugal: imóveis ganham quarto de empregada para agradar brasileiros. **R7**, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/portugal-imoveis-ganham-quarto-de-empregada-para-agradar-brasileiros-28032018>. Acesso em: 4 jan. 2021.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KAPOOR, Ilan. **Confronting desire: psychoanalysis and international development**. New York: Cornell University Press, 2020.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Sinofobia já é um fenômeno global. **El País**, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opinion/2020-06-27/sinofobia-ja-e-um-phenomeno-global.html>. Acesso em: 5 jan. 2021.

PLATÃO. **A república**. Brasília: Editora UnB, 2000.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SAKAMOTO, Leonardo. Guedes reclama de viagem de doméstica à Disney e escancara visão de país. **UOL**, 12 fev. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/02/12/guedes-reclama-de-domestica-na-disney-e-prova-ser-ministro-de-bolsonaro.htm>. Acesso em: 5 jan. 2021.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOLANO, Esther. “Ultimamente tem um monte de gente pobre no avião, sinto o cheiro de longe”. **Carta Capital**, 2 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinio/ultimamente-tem-um-monte-de-pobre-no-avia%C-C%83o-sinto-o-cheiro-de-longe/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

STAVRAKAKIS, Yannis. **Lacan and the Political**. London: Routledge, 1999.

VOLKAN, Vamik. D.; FOWLER, J. Christopher. Large-group narcissism and political leaders with narcissistic personality organization. **Psychiatric Annals**, Thorofare, v. 39, n. 4, p. 214-222, 2009.

ŽIŽEK, S. **Against the double blackmail**: refugees, terror and other troubles with the neighbour. London: Penguin, 2016.